



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE (2014-2024) : PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO

Autor: Saulo José Veloso de Andrade; Co-autora: Patrícia Cristina de Aragão Araújo Orientador: Antônio Roberto Faustino da Costa

Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores – Universidade Estadual da Paraíba,

saulojosesjva@gmail.com

Docente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores - Universidade Estadual da Paraíba,

cristina-aragao21@hotmail.com

Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores - Universidade Estadual da Paraíba,

robertofaustino@gmail.com

Resumo: A formação de professores tem sido discutida amplamente nos debates que se afluem no ambiente educacional, como um dos problemas mais recorrentes a serem superados no espaço escolar e que é um elemento fundante para o processo de transformação pela qual as escolas necessitam alcançar. O presente artigo busca refletir sobre a formação de professores a partir das metas 14, 15 e 16 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Neste estudo discutimos a formação docente à luz das políticas educacionais e dos trabalhos desenvolvidos por Bauer e Severino (2015); Freitas (2014); Saviani (2009) dentre outros consubstanciam nossas discussões. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como corpus de análise o PNE como referência para empreender correlação entre a proposta do plano, sua vicissitude, formação docente e seus múltiplos desafios cotidianos no contexto escolar. Compreendemos a partir das reflexões elencadas neste trabalho que o tema aqui desvelado é tratado ainda de forma simplista no PNE cujas metas e estratégias são frondosas para o momento que vivemos, principalmente por uma mensuração ousada, a qual requer um denso investimento financeiro, face aos poucos recursos que são destinados a educação brasileira. Diante do cenário que evidenciamos, destacamos a necessidade de repensar tais metas, numa perspectiva dialógica tendo como eixo fundante de avaliação e análise a realidade social dos sujeitos que delas se apropriarão, mas, todavia, dos recursos que se dispõe, pois, deste modo estaremos de fato, conseguindo avançar no processo de formação docente, que corrobora para melhoria da educação básica ofertada.

Palavras-chave: Formação docente, Plano Nacional de Educação, Educação básica.

INTRODUÇÃO

No contexto atual ao pensarmos a educação, devemos considerar as questões que estão assentadas no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) tendo em vista que este é um instrumento balizador do sistema educacional a partir dos conteúdos presentes nas metas e suas tessituras uma vez que estas sinalizam para a melhoria da educação. Temos como balizas para pontuar nossas reflexões as metas 14, 15 e 16 que abarcam a formação de professores. Partindo deste cenário, empreendemos um estudo bibliográfico e documental observando às políticas públicas elaboradas para o campo da educação, a exemplo do PNE, aborda a temática da formação docente a partir das metas propostas. Neste estudo discutimos a formação docente à luz das políticas



educacionais e dos trabalhos desenvolvidos Bauer e Severino (2015); Freitas (2014); Saviani (2009) dentre outros consubstanciam nossas discussões.

Tal estudo valida-se pela necessidade de compreender como a problemática da formação docente foi posta e como a mesma desvela-se no documento em voga, além das interfaces deste movimento a luz de muitos autores. Este estudo emerge como um elemento substancial para alavancar um debate que aponte para uma melhor percepção deste aspecto crucial para impulsionar a educação face a qualidade do ensino ofertado.

Deste modo, o presente artigo tem como principal objetivo analisar sobre a formação de professores, usando como ponto de partida os ditames oficiais preconizados no PNE e que substanciam a educação no momento contemporâneo. Alinhado a este movimento buscamos ao longo do presente trabalho, descrever as metas analisadas apontando para as interfaces que as mesmas apontam no contexto dos (des)caminhos na busca pela qualidade da educação ofertada.

O artigo está didaticamente dividido em duas partes e uma consideração final, além das referências. Na primeira parte “**O PNE e a formação de professores: aproximação necessária**” fazemos um passeio pelas metas que destacamos anteriormente, dialogando com os autores que situam a questão em voga. Não deixando de situar essa relação a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394/96, no que tange ao processo de formação dos educadores. Na segunda parte “**Formação docente e singularidades**” onde, buscamos discutir a formação docente a luz dos principais elementos que assentam esse aspecto primordial para melhoria da educação.

Dando continuidade apresentamos as **considerações finais**, espaço que comunga nossas percepções acerca do tema em questão, espaço que imprime a problemática vislumbrada e as interfaces desenhada acerca da mesma, partindo do olhar dos autores que usamos durante a escrita do presente artigo.

O PNE E A FORMAÇÃO DE DOCENTE: APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

Uma década, esse é o espaço temporal na qual situa-se o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) artefato que surge em resposta ao que está preconizado no Art. 214 da Constituição Federal de 1988, cuja metas sintetizam a multiplicidade na qual a educação está envolvida, desveladas a partir das seguintes diretrizes,

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014)

Partindo do exposto percebemos a dimensão que o PNE assume diante dos problemas que assolam o campo educacional brasileiro, com o objetivo de minimizar ou até mesmo erradicá-los. Dentre os problemas mais recorrentes, a formação docente emerge como um aspecto singular no PNE bem como tantos outros documentos, como a própria LDB que prerroga sobre o tema em voga, propondo avanços nesse processo que desagua em ações de melhoria das práticas pedagógicas, articulando para a resolução dos problemas relacionados ao contexto do ensino aprendizagem.

Posto isto, apresentamos a Meta 14 que propõe “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores” essa meta que parece discreta do ponto de vista dos números que mensura, considerando a dimensão geográfica do Brasil, nos atenta para uma questão ainda mais preocupante, o financiamento desta ação, visto que os recursos destinados a educação já tem origem e destino certos.

Sobre o aporte financeiro das metas preconizadas no PNE, Bauer e Severino (2015, p.13-14) reforçam que;

[...] temos um conjunto de metas que estão associadas ao financiamento educacional e, mesmo não desconsiderando a importância dos recursos alocados em torno do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), remetem as suas maiores expectativas para os recursos provenientes dos royalties e das reservas petrolíferas do Pré-Sal e da aplicação de uma significativa porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB), embora reservar e aplicar 10% do seu montante da educação seja uma coisa muito difícil de se realizar sem a permanente mobilização da sociedade pressionando por esse fim.

E visível que os recursos que cobrirão as metas apresentadas no PNE vigente é na verdade uma expectativa, elemento que põe em cheque o cumprimento destas ações, favorecendo ao processo de replanejamento reforçando os velhos e conhecidos problemas da educação brasileira



como o acesso aos cursos de pós graduação, a nível de mestrado e doutorado, face as famigeradas vagas que as Instituições de Ensino Superior oferta pelos parques numerários que percebem das instituições mantenedoras.

Nesse sentido faz-se necessário pensar e analisar o PNE numa perspectiva critica, visto que, muitas metas se quer sairão do papel, considerando a necessidade de uma boa margem de recursos. Esse processo inquieta estudiosos, mas também nos preocupa, pois o acesso a esse nível de ensino que possibilitaria um avanço significativo da qualidade da educação pelo viés da formação, está cada dia mais afunilado, não dialogando com a ideia tecida no documento final do PNE. Compreendemos que há necessidade de se observar a realidade educativa dos docentes que estão atuando na escola e de que modo através das ações propostas pelo PNE, há um alcance na vida de professores e melhoria no seu processo de trabalho.

Contudo, observamos que o documento mesmo primando por dar suporte ao trabalho docente, este ainda necessita ser melhor desenvolvido na prática, se teoricamente esta política pública propõe mudanças na formação docente isto não ocorre na vida cotidiana do docente na escola. Isso nos dá a ideia e nos aponta á inconsistência entre o que está contido em tal documento e o que acontece na prática. Desse modo, a escola e os sujeitos que dela fazem parte continuam aquém das ações dicotômicas vislumbradas pelo Estado na maioria das suas proposituras.

Seguindo as concepções fragmentadas que o Estado tem assumido face as questões que afloram no contexto educacional, sobretudo, no que concerne a formação de professores, nos detemos em equalizar os aspectos contidos na Meta 15 do PNE que reforça o ideário de;

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014).

O exposto mostra literalmente o que a Lei de Diretrizes e Bases - LDB já preconiza desde a década de 1990, reforçando assim, o aspecto fragmentador que as políticas e ações estatais apontam. Na prática quase vinte anos depois o plano decenal, ainda requer formalizar um aspecto que nem a lei que o institui conseguiu o fazer. Deste modo, tal prática empreende a linha circular que estamos traçando no campo educacional. Essa tessitura está assentada no Art 62 da LDB, destacando que,



A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 1996)

Imprime nas tessituras supracitadas a falta de organização entre as ações que o Estado lança e as leis que regulam o campo educacional, ou seja, vivemos um contexto educacional que requer pensar a escola, onde pensar e repensar a educação é fazer uma roupagem dos aspectos que já discutimos em tempos atrás e que a essa época já deveriam ser vencidos.

Pensar o novo na educação brasileira parece-nos algo bem distante, pois existe diante de uma ligeira análise uma dívida do Estado em aplicar o que está assentado na lei. Deste modo, vencer essa pauta é nosso grande desafio, pois, estamos lendo e relendo textos antigos num novo momento, fazendo a estes apenas ajustes e não conduzindo-os para uma prática transformadora elemento fundante para a educação brasileira.

Deste modo, o PNE só imprime um novo olhar na formação de professores, buscando proporcionar através da implementação de suas metas que tem como tema central a formação docente a estreita relação entre as teorias apresentadas e as práticas desveladas nas escolas, principalmente quando nos remetemos a formação continuada/formação em serviço. Acerca dessa relação Scheibe (2010, p.988-989) comunga que;

O PNE tem como uma das suas tarefas primordiais aprofundar a articulação da formação inicial com a formação continuada, o que envolve destacar a busca constante da relação entre os locais de formação, sistemas de ensino e escolas básicas. Destaca-se nesta articulação o papel dos centros, institutos e faculdades de Educação.

Apresenta-se uma outra problemática a atuação das Instituições de Ensino Superior – IES, que não conseguem dar conta da formação dos docentes, face as questões que situamos ao longo do artigo, principalmente no que tange a questão financeira. Seguindo nossas análises, destacamos a Meta 16 do PNE que destaca o seguinte:

Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.



Todavia, trata-se de uma meta ousada, visto que, o percentual é bastante elevado para o modelo de formação em nível de pós-graduação vigente no Brasil. observamos que nem sempre é possível aos profissionais que atuam na educação básica, terem acesso a uma formação tipo pós-graduação, visto que lhe são apresentados múltiplos desafios, entre os quais destacamos a ausência de recursos para proventos de sua pós-graduação e comprometimento por parte das Secretarias de Educação municipais e estaduais em garantir a tal docente, de forma consistente, sua formação continuada, numa pós-graduação, na realidade o que se identificou é que surgem inúmeras dificuldades para promoção desta formação, o que vem ferir diretamente as proposições contidas nesta meta.

Posto isto, tecemos um debate acerca da qualidade da formação docente, pois tal anseio empreende-se numa perspectiva de transformação da escola, algo singular no contexto atual. Sobre esse cenário Freitas (2014, p.428) preconiza que;

Tratar, portanto, dos desafios para as políticas de valorização e formação docente em nosso país significa tomar como ponto de partida a concepção progressista de projeto educativo, a partir da qual a formação com qualidade elevada de pedagogos, educadores e professores está estreitamente vinculada à educação básica e à escola pública, às suas condições concretas e materiais atuais e ao seu pleno desenvolvimento, e às possibilidades de uma educação emancipadora para nossas crianças, jovens e adultos na construção de uma sociedade justa, igualitária e socialista como futuro.

Os valores postos acima reforçam em tese as mudanças pelas quais as propostas de formação continuada devem sofrer para que na prática dialogue com a realidade da escola e mais que isso com os imperativos da sociedade.

Deste modo, a formação de professores na perspectiva posta no PNE deve-se revestir das particularidades, pois cada sujeito, escola ou rede é única, considerando esse movimento a formação docente deve ser revestida destas interfaces, para que partindo dessa mudança possa avançar de forma significativa no processo de transformação social, pela qual a escola contemporânea anseia.

PERSPECTIVAS PARA PENSAR A FORMAÇÃO DOCENTE

A formação docente ainda preconiza um debate aflorado, em virtude dos modelos que são revelados e pelas diferentes instituições e que muitas vezes se quer dialogam com a realidade escolar onde os docentes estão inseridos, e desenvolvem suas práticas pedagógicas. Não há, no



geral, uma correlação entre o que se propõe para a formação e o que ocorre no cotidiano da escola, tal distanciamento, gera incongruências entre as ações que são movidas na escola pelo professor e a efetivação das políticas educacionais na melhoria da formação continuada deste profissional.

Partindo dessa premissa faz-se necessário compreender esse cenário emergente da educação brasileira. Para tanto, é importante perceber as questões que envolvem o processo de elaboração, execução e avaliação das propostas de formação de professores no contexto atual. Acerca desse cenário Saviani (2009, p.153) diz que,

Ora, tanto para garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário prover os recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio a ser enfrentado. É preciso acabar com a duplicidade pela qual, ao mesmo tempo em que se proclamam aos quatro ventos as virtudes da educação exaltando sua importância decisiva num tipo de sociedade como esta em que vivemos, classificada como “sociedade do conhecimento”, as políticas predominantes se pautam pela busca da redução de custos, cortando investimentos. Faz-se necessário ajustar as decisões políticas ao discurso imperante.

Deste modo, um dos grandes gargalos evidenciados quando retomamos um debate sobre formação docente, são as questões de cunho financeiro, elemento singular no processo de financiamento das ações voltada para a formação de professores, principalmente a continuada ou em serviço, que tem suas ações cunhadas pelo Estado. Considerando as tessituras supracitadas, revela-se uma proposta antagônica, ou seja, a educação vislumbrada como prioridade, mas todavia, é visível a política da redução dos recursos.

Isso reforça a preocupação que se tem com os processos desencadeados a partir da formação continuada, cujo objetivo é dotar o professor de mecanismos capazes de superar as mazelas que circundam a educação. Sobre isso Altenfelder (2005, s/p) coaduna que, “para realizar seu trabalho docente é preciso que o professor se aproprie constantemente dos avanços das ciências e das teorias pedagógicas”, daí a nomenclatura bastante usual, formação em serviço.

E preciso que as formações sejam articuladas partindo da própria realidade onde o docente esta inserido, associada ao contexto atual para que se possa intervir de maneira significativa no processo de ensino aprendizagem dos discentes.

Nesse movimento de formação docente Gatti (2003, p.6) destaca que;

Só mostram efetividade quando levam em consideração as condições sociopsicológicas e culturais de existência das pessoas em seus nichos de habitação e convivência, e não apenas suas condições cognitivas. Mas apenas o levar em



consideração essas questões como premissas abstratas não cria mobilização para mudanças efetivas. O que é preciso conseguir é uma integração na ambiência de vida e de trabalho daqueles que participarão do processo formativo

Esse contínuo de ações assegura uma formação eficaz, capaz de sanar não só as ausências da formação inicial que são incipientes para acompanhar os avanços que vivenciamos de forma ascendente, mas todavia, fazer jus aos imperativos dos sujeitos que fazem parte da comunidade escolar.

Asseverando esse aspecto o relatório intitulado: *Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros*, da Fundação Victor Civita (2011, p.13) assegura que;

Uma ideia bastante arraigada na Formação Continuada é a de que ela se faz necessária em razão de a formação inicial apresentar muitas limitações e problemas, chegando, em muitos casos, a ser de extrema precariedade. Nesse sentido, a Formação Continuada decorre da necessidade de suprir as inadequações deixadas pela formação inicial, que repercutem fortemente no trabalho docente. Em outras palavras, defende-se que a Formação Continuada precisa formar um professor carente de conhecimentos gerais e pedagógicos e com poucas habilidades didáticas. Segundo os defensores desse modelo de “déficit”, a situação agrava-se diante das demandas educacionais de sociedades tão complexas, levando à necessidade de estabelecer políticas amplas e bem pensadas de formação docente, tão central ela é para a melhoria da qualidade da Educação.

Dai reforçamos a ideia de que a qualidade da educação perpassa de maneira significativa pelas ações de formação docente, pelas quais os professores almejam de forma incansável. Isso também traduz-se no sinônimo de valorização, que muitas vezes é visto apenas no campo do reajuste salarial, esquivando-se da ideia que os docentes necessitam de um robusto conjunto de ações, para que seu trabalho de fato tenha um sentido.

Nessa conjuntura, quando buscamos refletir a formação de professores e suas interfaces desveladas a partir do PNE mais com um olhar na sua relação com tantos outros documentos que preconiza esse aspecto, partimos inicialmente da necessidade de entender esse processo que ainda se constitui como um aspecto emblemático na escola contemporânea. Pois diante dos problemas que cada escola de maneira singular vivencia, é quase que impossível pensar esses artefatos aquém dessa situação.

Todavia, é oportuno pensar a educação numa perspectiva das suas singularidades, dando prioridade a uma área que abarca pelo nível filosófico todas as demais, sem a necessidade de uma



política de disputas, como outrora se apresenta, reduzindo a dimensão que esse campo tem. Sobre esse processo Saviani (2011, p. 17) diz,

Trata-se, pois, de eleger a educação como máxima prioridade, definindo-a como o eixo de um projeto de desenvolvimento nacional e, em consequência, carrear para ela todos os recursos disponíveis. Não se trata, pois, de colocar a educação em competição com outras áreas necessitadas como saúde, segurança, estradas, desemprego, pobreza etc. Ao contrário, sendo eleita como o eixo do projeto de desenvolvimento nacional, a educação será a via escolhida para atacar de frente, e simultaneamente, todos esses problemas.

Pois a importância da educação tem sido postergada em detrimento de áreas que são apresentadas como de intensa prioridade pelo Estado, esquecendo que os investimentos realizados no campo educacional, ecoa em todos os espaços, diminuindo o impacto dos investimentos financeiros, mas principalmente minimizando as mazelas que assola o país.

Dentro desse arcabouço que situamos é fundante a construção de uma proposta de formação docente que aglutine os artefatos contidos nos diferentes documentos que compõe a macro estrutura do Estado, mas que de fato dialogue com a realidade dos sujeitos que dela se apropria. Deste modo, estaremos calcando a escola num primeiro momento de possibilidades de transformação, aspecto que acentua para a transformação dos indivíduos que se emponderam da educação ofertada nessas unidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões empreendidas, consideramos que o Plano Nacional avança no sentido de propor modificações na formação de professor, entretanto, enfatizamos que tais propostas são descontinuas e se conflituam com a realidade vivida pelos docentes e a efetivação de tais políticas em suas vidas profissionais.

A partir de nossa análise, vivência e observação do que é a vida de professorado na escola e o consubstanciação destas políticas, advogamos a ideia de que as metas propostas para formação docente consistem em proposituras que poderiam avançar e trazer múltiplas possibilidades para o cotidiano e vida do professor, mas no entanto, a morosidade e as maneiras como tais políticas são empreendidas, apontam para empecilhos no que refere as melhorias de condições do trabalho docente na escola.



Ao finalizar o olhar que desvelamos sobre a formação de professores ensejada inicialmente pela sua presença no PNE, chegamos a algumas considerações que tecemos a seguir.

Primeiro ponto que observamos, é que os aspectos contidos no documento analisado, são em muitas metas meras reproduções de leis e decretos, e esta reprodução ocorrida em diferentes contextos históricos e educacionais das políticas educativas no Brasil, mostram que em nada estas legislações se articulam com o que vivencia e experiência o professorado na escola, que mesmo ao longo do tempo e do espaço não tem conseguido avançar, sobre esse imbróglia Freitas (2014,p.428) acentua que;

Ao examinar as diferentes metas e estratégias do PNE, identificamos uma lógica preocupante devido à perfeita articulação entre o sistema nacional de avaliação da educação básica – cuja centralidade já orientava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e se mantém no atual Plano Nacional de Educação 2014-2024 – e as definições sobre formação inicial e continuada, currículo e avaliação dos professores.

Tais colocações nos preocupa, visto que no que tange a educação mais precisamente as ações desta, vivemos um momento de mudanças na cena políticas, social, econômica e cultural brasileira e que entretanto, no que implica em mudanças para o fazer docente não se tem tido considerações avanços, mas apenas continuidades, visto que este campo, o da formação continuada, clama por praticas urgentes e eficazes pelo poder administrativo estatal, o estado brasileiro, propõe e implanta políticas educacionais, a exemplo do PNE, mas elas ainda não tem considerável efeito na vida e prática docente do professorado brasileiro, que sinaliza para transformações educativas e estas ainda são visíveis na teoria e invisíveis na prática.

Outro ponto que requer uma melhor análise é no que refere-se ao financiamento das metas aqui evidenciadas, isto, em virtude das mesmas serem ousadas. Deste modo, é possível que tais metas sejam objeto de *reprise* em planos futuros. Investimento e financiamento de formações continuadas de professores em pós-graduações ainda não consistem numa realidade contemplada a todos os docentes de escolas da rede pública municipal e estadual no Brasil, o que demonstra que metas são realmente criadas, mas a vivencia pelo professor das implicações destas em suas vidas infelizmente não ocorre.

Isso nos preocupa, visto que, esse processo de formulação para as metas do PNE, se dá muitas vezes de forma destacada da realidade. Isso torna a formação docente, incipiente, fragmentada, inconsistente, vem reforçar a necessidade de uma elaboração mais consistente das estratégias destas metas, para que desse modo, possamos avançar de forma significativa, não



necessitando maquiagem ações tão conhecidas de todos nós, assentados nos diferentes documentos a anos.

Essa incompletude no que tange a formação docente, principalmente a continuada reflete diretamente na qualidade da educação ofertada. E preciso ouvir, sobretudo, as vozes que ecoam do espaço escolar, dando a estas a devida importância.

As metas e estudos aqui apresentados, vem coadunar com a situação em que a educação brasileira está imersa. Pois, em suma vivemos um descontínuo das ações tecidas pelo Estado, prova disso é que os documentos e leis muitas vezes não dialogam. Outra evidencia, é que ficamos quatro anos sem plano de educação (2010-2014) aspecto que nos furtou alguns avanços que podíamos ter alavancado nesse período.

O cenário sinaliza para que se haja um entrelaçamento, uma ambiência das propostas de formação de professores, aspecto que dará corpo a esse processo, melhorando a qualidade da educação, aspecto importante para a comunidade, e uma ascendência nos índices, fator que tanto interessa ao Estado. Mas qualidade na educação é também sinônimo de melhoria de vida e trabalho do professor, para isso urge que se façam investimentos neste profissional, tanto dando-lhe melhores condições de vida e trabalho, como de recursos para empreender sua prática docente no cotidiano da escola.

Em suma, percebe-se que da forma como estão postas as metas do PNE que condensam aspectos voltados para a formação de professores, não apresentam consistência para a resolução da problemática crescente no país, isso presume uma (re)avaliação das propostas e tessituras destacadas no documento analisado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTENFELDER, Anna Helena. Desafios e tendências em formação continuada. Constr. Psicopedagógica, São Paulo; 2005 . Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542005000100004&lng=pt&nrm=iso >. Com acesso em: 08 Mai.. 2016.

BAUER, Carlos. Severino, Antônio Joaquim. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: compromissos, desafios e perspectivas. São Paulo; 2015. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71541061001> > Com acesso em: 12 Mai. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

_____. Lei no 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, nl. 248, 23/12/96, pp. 27833-27841.

_____. Portaria N° 867, DE 4 de Julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 Jul. 2012. Disponível em < http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_867_040712.pdf > Acesso em: 12 Mar. 2016.

_____. Plano Nacional de Educação. 2014. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em < <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> > Acesso em: 1º Abr. 2016.

FREITAS, Helena Costa Lopes. PNE e formação de professores Contradições e desafios. Brasília; 2014. Disponível em: < <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/451/582> > Com acesso em: 23 Mai. 2016.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros. 2011. Disponível em: < http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/os_caminhos_da_formacao_pedagogica.pdf > Com acesso em: 20 Mai. 2016.

GATTI, Bernardete A. Formação continuada de professores: a questão psicossocial. **Cadernos de Pesquisa**. [on-line]. 2003. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a10> > Com acesso em: 21 Mar. 2016.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. 2011. Disponível em: < <https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/poiesis/article/view/15667> > Com acesso em: 19 Mai. 2016.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro; 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100012 > Com acesso em: 18 Mai. 2016.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. Campinas; 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/17> > Com acesso em: 21 Abr. 2016.